

H I S T Ó R I A

& U T O P I A S



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

EDUCAÇÃO FEMININA

vozes dissonantes no século XVIII e a prática colonial

Leila Mezan Algranti

Universidade Estadual de Campinas

Desde o início da institucionalização da clausura religiosa (1298) os conventos sempre abrigaram mulheres leigas alheias aos objetivos da vida religiosa. Mulheres sós, que buscavam atrás das grossas muralhas, proteção, segurança e uma vida tranqüila.¹

A presença de mulheres leigas nos conventos europeus não desapareceu quando, no final da Idade Média desestruturou-se o mundo feudal, e as cidades e o Estado tendem a substituir a Igreja nas tarefas assistenciais, ou pelo menos assumí-las conjuntamente com os religiosos. Pelo contrário, o que se nota é a ampliação de um espaço de reclusão para as mulheres; surgem estabelecimentos destinados a sustentar e proteger mulheres pobres e decaídas. Mas o que o nascer da Idade Moderna traz de novo não é apenas o enclausuramento de mulheres pobres e ociosas — como foi amplamente estudado² — mas o surgimento de instituições leigas de reclusão destinadas a mulheres, quer fossem pobres ou ricas, visando preservar a honra, controlar a sexualidade feminina e educar meninas. Fundações de “Recolhimentos” para meninas órfãs e mulheres desvalidas são encontradas em Portugal desde o século XV e também em outros países da Europa.³

A prática do enclausuramento das mulheres leigas foi assim ampliada no início da Idade Moderna. Ela atinge as mulheres pobres, mendigas e prostitutas. Assume um caráter punitivo, mas engloba também as represen-

- 1 O primeiro decreto de clausura universal foi promulgado pela Bula *Periculoso* de Bonifácio VIII. Ele foi precedido, entretanto, por uma longa tradição de enclausuramento das religiosas. Desde o início da vida religiosa feminina encontraremos mulheres leigas convivendo com monjas e freiras.
- 2 Vejam-se sobre a questão: Michel Foucault, *História da Loucura*, SP, 1978, pp. 59, 65-66; Dario Melossi e Massimo Pavarini, *Carcel y Fabrica - los origenes del sistema penitenciário*, Barcelona, 1985.
- 3 Cf. Antônio de Magalhães Basto, *História da Santa Casa de Misericórdia do Porto*, Porto, 1934, vol. 1, p. 113; veja-se também, Lúcia Ferrante, “L’Onore Ritrovato. Donne nella Casa di Socorso di San Pablo, XVI-XVII”, *Quaderni Storici* 53/XVIII, nº 2, agosto, 1983, pp. 49-99.

tantes da nobreza e da alta burguesia, pois a questão não está restrita à falta de trabalho, ou aos perigos de aumento da criminalidade.

A ausência de uma tutela masculina ameaçou durante muito tempo as mulheres das camadas intermediárias e mais altas da sociedade. A necessidade de prover as meninas dos meios que lhes garantissem no futuro uma independência, caso não se casassem está presente nos primeiros tratados do século XVI-XVII sobre a educação feminina e nos compêndios do período subsequente. Assim, proteção e instrução eram motivos suficientemente fortes para se enviarem as mulheres para os Recolhimentos.

Quando o espírito do Concílio de Trento se fez sentir, e as propostas da Contra-Reforma começaram a surtir efeito, a questão da educação feminina também foi afetada, e houve um impulso quanto à generalização da instrução popular. A arma da educação maciça foi brandida pelas autoridades católicas para lutar contra a heresia. Os devotos convencidos do papel preponderante das mulheres na reconquista religiosa concentraram seus esforços, tendo em vista melhorar sua instrução. A importância da família no projeto de evangelização tridentino concedeu à esposa e à mãe um novo papel: o de educadora. Era preciso prepará-la para que o desempenhasse. Os projetos pedagógicos tenderam a se adaptar aos diferentes níveis sociais. Na França por exemplo, criaram-se pensionatos para as jovens mais privilegiadas, geralmente junto aos conventos, ou escolas caritativas para as indigentes.

Entre os séculos XVI e XVIII, em toda a Europa, muitas ordens religiosas abriram suas portas para o ensino de meninas. Algumas especializaram-se para o ofício, como as ursulinas, outras agregaram a sua rotina as educandas. Para algumas dessas jovens, as escolas dos conventos significavam apenas um estágio, passando automaticamente de educandas para noviças. De qualquer forma, o convento continuava a desempenhar seu papel tradicional de centro de cultura e instrução feminina.

Na colônia portuguesa da América, as mulheres estavam sujeitas a uma educação mais restrita, uma vez que desde o início da colonização, a Coroa adiou a construção de conventos; esperava-se que as mulheres desempenhassem os papéis de mães e esposas, ajudando a povoar o vasto território. Não havia espaço para a vida religiosa feminina na Colônia. Mas os colonos conseguiram através de subterfúgios fundar instituições leigas (recolhimentos), que a exemplo do que sucedia na Europa serviram como locais de asilo e proteção de mulheres, para a educação de meninas, mas também como espaços de devoção.⁴

4 Veja-se sobre as dificuldades impostas à construção de conventos Leila M. Algranti, *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia (estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do Sudeste, 1750-1822)*. Tese de Doutorado, USP, 1992, pp. 75-80.

De qualquer forma, a educação feminina na Colônia também se estruturou no interior de estabelecimentos de reclusão de caráter religioso, pois embora não fossem formalmente conventos, na prática, as mulheres viviam nos recolhimentos em regime de clausura estrita e de acordo com os preceitos de uma ordem religiosa.⁵

O objetivo desse trabalho é analisar a educação feminina na Colônia, a partir das experiências que se desenvolveram nos recolhimentos femininos do Sudeste, (século XVIII) tendo como ponto de apoio a documentação dessas instituições e o discurso sobre a educação feminina que floresceu na Época Moderna. Pretende-se verificar em que medida as vozes dissonantes que ecoaram na Europa em defesa de uma melhor instrução para as mulheres atingiram o mundo colonial. As instituições estudadas são seis: um convento (Convento da Ajuda RJ) e cinco recolhimentos (Santa Teresa e Luz em São Paulo, Macaúbas em Minas Gerais, Santa Teresa e Misericórdia no Rio).

O Discurso sobre a Educação Feminina e suas Vozes Dissonantes

Se a presença de meninas nos conventos é marcante desde a Idade Média, não é menor o caráter controvertido que assumiu a discussão sobre a educação feminina. Contudo, a idéia que prevalece e que se estende ao longo da Época Moderna, é de que a mulher deveria se instruir minimamente para desempenhar seus papéis de mãe e esposa.

Entre os séculos XV e XVIII, os projetos pedagógicos para meninas evoluíram da escassa instrução religiosa recebida nos conventos, ao currículo reduzido proposto pelos tratados de Educação, sempre mais restrito do que o dos meninos. Nesses manuais de instrução encontraremos um grande espaço dedicado às atitudes morais das mulheres e ao cultivo da espiritualidade que parecem bem adequados às religiosas, mas pouco relacionados com as atividades de uma mulher leiga. A discussão é em grande parte direcionada para a defesa da honra feminina. Esta, por sua vez, é associada explicitamente à sexualidade da mulher, isto é, ao controle que ela deveria desenvolver sobre os impulsos e desejos do próprio corpo.

Mas, conselhos e advertências sobre a conduta ideal para as mulheres sempre existiram. Antes de serem escritos e agrupados em corpos sistemáticos, com certeza devem ter sido transmitidos oralmente, baseados nas tradições das sociedades e nos papéis que se esperavam que as mulheres desempenhassem.

Na maior parte das vezes, os compêndios de comportamento foram redigidos pelos homens e resumem as imagens ideais que estes possuíam sobre as

5 Sobre as diferenças meramente formais entre conventos e recolhimentos veja-se Leila M. Algranti, *op. cit.* pp. 81-91.

mulheres. Filósofos, moralistas, sacerdotes, médicos e demais homens de letras ou ciências, não deixaram jamais de se preocupar com as ações das mulheres, e exprimiram em seus escritos, crenças e dúvidas sobre a natureza feminina; estabeleceram também, regras de relacionamento entre os sexos e princípios norteadores da educação das meninas. Não faltaram, embora em menor número, mulheres para se preocupar com a questão. Os livros de Christine de Pisan, escritos no início do século XV e dirigidos às mulheres de todas as origens e classes, reúnem um conjunto de advertências sobre a conduta e a moral femininas, e nada deixam a desejar frente a severidade dos conselhos masculinos.

Entretanto, é justamente a partir de um livro de Christine de Pisan que surge uma visão mais global do problema da educação das meninas. Apoiada na convicção de que não há diferenças de capacidade intelectual entre homens e mulheres, Christine propõe uma instrução completa e semelhante para ambos os sexos. Sua posição será fundamental no debate entre os homens de letra do período e posteriormente durante a Querelles des Femmes, quando se defrontaram os defensores e opositores da educação feminina.⁶

No século XVI, a corrente humanista sobre a influência de Vives e Erasmo se interessará pela questão. Em sua obra “Instrução de uma Mulher Cristã” (1523), Juan Luis Vives se coloca contra aqueles que condenam a educação feminina por considerarem as mulheres instruídas pecadoras. Mas apesar de defender a instrução para todas as meninas, nega-lhes o direito de serem mestras. Uma mulher, segundo o autor, não deve ensinar porque é muito frágil e pouco discreta. O conhecimento adquirido deveria ser guardado para si e não ser exibido ou utilizado em conversações com os homens.⁷

Esse movimento de conceder algo e ao mesmo tempo negar uma instrução ampla e total às mulheres será a tônica dos manuais sobre a educação feminina ao longo da Época Moderna. Durante o século XVII, por exemplo, com o impulso dado à Educação pela duas Reformas religiosas, assiste-se à discussão de projetos pedagógicos que dedicarão uma parcela de suas preocupações às meninas.

6 Com a publicação das obras de Pisan inicia-se na Europa, através a imprensa, as chamadas Querelles des Femmes, um debate que envolveu escritores de ambos os sexos a favor e contra a capacidade intelectual das mulheres, que se estendeu por 400 anos. Veja-se sobre o assunto, Joan Kelly, “Early Feminist Theory and the Querelles des Femmes (1400-1789)”, *Signs: Journal of Women and Culture and Society*, 1982, vol. 8, n.1, pp. 4-28. A posição de Christine de Pisan sobre a educação feminina fica clara em *The Book of the City of Ladies*, Nova York, 1982, [1404-1405].

7 Cf. Juan Luis Vives, *Instrucción de la Mujer Cristiana*, Buenos Aires, 1944, p. 26, [1528].

Fleury (1685), com *Le Traité sur le Choix et la Méthode des Études* acredita que as mulheres merecem mais do que uma educação ordinária e lhes permite o estudo da religião, da história sagrada, um pouco de aritmética, práticas de redação e conhecimentos rudimentares de jurisprudência. É realmente uma audácia para a época, porém, outras disciplinas lhes seriam inúteis, segundo o autor.⁸ Fénelon (1651-1715), o grande inspirador dos tratados sobre a educação no século XVIII, propõe no seu trabalho — *De l'Éducation des Filles* — um pouco mais de instrução às representações do segundo sexo. Mas sempre tudo ministrado em doses bem medidas: literatura, latim, história, música, pintura e leituras de bons livros. Jamais romances ou leitura de entretenimento.⁹

O tratado de Fénelon será divulgado, traduzido e incorporado por aqueles que levantaram as vozes por uma melhor instrução das mulheres. Madame de Maintenon, por exemplo, levará a cabo seu projeto na Maison Real de Saint Cyr (1686), apoiada nas idéias de Fénelon.¹⁰

Também Verney, o estrangeiro português, no *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), apresenta um apêndice sobre a “Instrução das Mulheres” inspirado em Fénelon. Acredita que as mulheres devem estudar para governar a casa, mas também para poderem conversar com os maridos. Critica as portuguesas por não saberem a gramática, pontuação e história de sua pátria. Introduce a economia doméstica como disciplina curricular e valoriza a aprendizagem de todos os trabalhos manuais para que possam bordar, cortar e costurar com perfeição, caso necessitem ganhar a vida.¹¹

Ribeiro Sanches, o célebre mentor da reforma de ensino em Portugal no século XVIII, também valoriza a instrução das mulheres enquanto mães e esposas. E é o modelo de Saint Cyr que tem em mente quando propõe uma escola para as jovens portuguesas. Sabe-se porém, que a famosa Reforma Pombalina de Ensino, não contemplou as mulheres, sendo que somente em 1782 foi fundado o primeiro colégio de meninas em Portugal.¹²

Entre os séculos XV e XVIII, poucas vozes defenderam uma instrução feminina semelhante a dos homens como fizera Christine de Pisan. Aqueles que não negaram totalmente sua incapacidade intelectual, puderam quando muito, propor uma educação parcial dirigida para as funções domésticas. O

8 Apud M. Sonnet, *L'Éducation des Filles au temps des Lumières*, Paris, 1987, p. 16.

9 Fénelon (François de Salignac de La Mothe), *Éducatons des Filles*, Paris, [1697].

10 Veja-se também sobre Madame de Maintenon e Saint-Cyr a biografia escrita por François de Chandernagor, *L'Allé du Roi*, Paris, 1981.

11 Luis Verney, *O Verdadeiro Método de Estudar*, Lisboa, 1952, [1746].

12 Cf. Antônio Nunes Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da Mocidade*, Coimbra, 1959, p. 351, [1760].

preconceito contra as mulheres instruídas continuava ainda bastante arraigado durante o século XVIII e as “preciosas” e “sabichonas”, como não poderia deixar de ser, foram ridicularizadas.

O Cavaleiro de Oliveira, generoso defensor das mulheres em outras circunstâncias, referindo-se à questão em meados do XVIII, conclui: “a sapiência da mulher deve ser como o sal nos temperos, nem muito, nem pouco, regradinho”.¹³ E é exatamente baseada nos papéis destinados ao sexo feminino que a educação das meninas será “temperada”: nem excesso de instrução, nem a total ignorância, será a máxima da educação feminina na segunda metade do século XVIII.

Alguns intelectuais ilustrados, como Mary Wollstonecraft na Inglaterra, Charles Brown nos Estados Unidos, Condorcet na França e William Thompson na Irlanda, saíram em defesa de uma igualdade de educação entre os sexos. Mas, em pleno século das Luzes, suas vozes foram silenciadas ou por mortes trágicas e prematuras ou pelo temor de pôr a perder outras reformas políticas e sociais; mas possivelmente por não representarem o pensamento dominante da época e se chocaram com o discurso mais tradicional relativo à mulher. Tais idéias foram abafadas também, pela receptividade com que se acolheram as posições de Rousseau divulgadas no *Emílio*; Sofia, a mulher ideal do *Emílio*, tornar-se-ia no final daquele século e durante todo o seguinte, um modelo a ser seguido pelas mulheres burguesas.¹⁴

Aqueles que professaram idéias diferentes sofreram no mínimo desconforto e contestação, como a própria Christine. No século XVII, outra mulher, não menos ousada, também se destacou no mundo das letras, desta vez na Inglaterra, defendendo uma melhor instrução para as mulheres, autonomia contra a dominação masculina e uma Academia para que as solteiras pudessem se instruir e se libertarem da tutela masculina. Mary Astell, feminista e celibatária convicta, foi amplamente criticada em sua época por suas idéias, além do que, a sua Academia se assemelhava demais a um convento, fato inadmissível num país protestante.¹⁵

Em 1786, mais uma voz dissonante ecoou na Europa a favor da igualdade de educação entre os sexos. Mary Wollstonecraft, a famosa feminista inglesa, apresentava ao público seus primeiros escritos. Poucos anos depois seria a vez de *Female Reader*, uma antologia de textos especialmente selecionados para

13 Cf. Aquilino Ribeiro, *O Galante Século XVIII, compilação e textos do Cavaleiro de Oliveira*, Lisboa, s/d, p. 239.

14 Veja-se: J. J. Rousseau, *Emílio ou da Educação*, trad., SP, 1968, p. 489 e ss.

15 Veja-se de Mary Astell, “A Serious Proposal to the Ladies for the Advancement of their true and Greatest Interest”, in: *Bridget Hill, The First English Feminist, Reflections upon Marriage and other writings by Mary Astell*, Nova York, 1986.

meninas se instruírem. Nesta época, *The Vindication of the Rights of Woman*, sua obra polêmica, era ainda um embrião e só viria a público em 1792.¹⁶

Na América, as vozes dissonantes que não se contentavam com os breves currículos para meninas, ficaram por conta dos representantes do sexo masculino. *Alcuin: a Dialogue* foi publicado nos Estados Unidos por Charles Brown em 1798. Embora se referisse à questão mais ampla dos direitos políticos e de cidadania — negados à grande parcela da população — não deixará de lado as idéias sobre a igualdade de educação.¹⁷

Mas, bem antes que vozes dissonantes se erguessem na Europa e nos Estados Unidos, Feliciano de Souza Nunes, escrevendo na Colônia em meados do século XVIII, defendia a necessidade de se educarem as mulheres para que fossem iguais aos homens: “a mulher, dizia ele, é igualmente capaz aos homens quando tem acesso à educação”. Para um homem nascido na Colônia, Souza Nunes defendia em seus *Discursos Políticos-Morais* (1758)¹⁸, posições que estavam longe de serem compartilhadas por seus compatriotas, conforme apontou Lana Lage da Gama Lima. Souza Nunes entretanto, não era apenas um homem deslocado do ambiente cultural da Colônia e da Metrópole, mas distante também temporalmente das mentes mais progressistas de seu século no que concerne à educação feminina e à igualdade de direitos entre os sexos. Suas posições antecedem em mais de 30 anos aquelas que serão defendidas pelos mais progressistas.

O que contudo o letrado brasileiro não poderia imaginar num século tão promissor — o Século das Luzes — é que ele traria poucos avanços no desenvolvimento dos ensino feminino e que suas idéias não encontrariam ambiente favorável à germinação. Seus discursos foram proibidos de circular pelo Marquês de Pombal e não tiveram eco em Portugal, muito menos no Brasil; o mesmo sucederia com outros discursos de vanguarda sobre a educação feminina.

Educação Feminina e a Prática Colonial no sudeste

As opções de educação feminina à disposição das famílias coloniais diferenciadas eram semelhantes às existentes na Metrópole; sempre, é claro, de forma mais restrita. As meninas podiam aprender as primeiras letras em casa, na

16 Veja-se da autora *The Vindication of the Rights of Woman*, Londres, 1988 [1792].

17 Cf. Charles Brown, *Alcuin: A Dialogue*, New Haven, 1935 [1798].

18 Cf. Feliciano de Souza Nunes, *Discursos Políticos-Morais*, RJ, 1931 [1758] Veja-se sobre o autor a análise empreendida por Lana L. da Gama Lima, “A Boa Esposa e a Mulher Entendida”, in: *Mulheres, Adúlteros e Padres*, Rio de Janeiro, 1987, pp. 11-32.

forma de instrução doméstica junto com seus irmãos e serem introduzidas no ensino da religião para poderem acompanhar os sermões e o culto católico. Uma outra opção era o ensino nos conventos e recolhimentos, que acolhiam meninas, muitas vezes bem pequenas, com o objetivo de dar-lhes uma instrução religiosa já diferenciada para uma vocação futura. Entretanto, tais estabelecimentos não recusavam aquelas que desejavam apenas se educar, para quem a clausura seria apenas um estágio passageiro. Encontraremos meninas que permaneceram ou que saíram, em todas as instituições de clausura da região sudeste, quer fossem conventos, como o convento da Ajuda no Rio de Janeiro, quer fossem simples recolhimentos à espera de um alvará régio que os transformassem em conventos.¹⁹

Porém, sempre é bom lembrar que as instituições de reclusão feminina na região Sudeste que acolhiam educandas se desenvolveram somente a partir do século XVIII. Assim, até esta época, a instrução feminina, quando existente, era fruto de auto-didatismo, ou restrita ao que se podia absorver em casa. Sabe-se que, além dos breves exemplos que sempre ocorreram, apenas um reduzido número de mulheres tinha acesso a uma educação mais aprimorada. Dentre elas se encontram as religiosas que necessitavam de certos conhecimentos para poderem exercer seu ofício; algumas, porém, recebiam apenas uma instrução mínima a fim de acompanharem o ritual.

De qualquer forma, chama a atenção em meio às obras de devoção existentes na biblioteca do convento de Santa Teresa no Rio de Janeiro, um livro sobre ortografia: *Ortografia ou Arte de Escrever e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa* de João de Moraes Madureyryna Feyjó (1734), para a instrução das noviças.²⁰ As religiosas de Santa Teresa recebiam, no convento, quando necessário, as primeiras letras e dispunham de uma boa biblioteca especializada para suas necessidades espirituais.

Madre Helena Maria, fundadora do Recolhimento da Luz, deve ter aprendido a ler e a escrever, no Recolhimento de Santa Teresa de São Paulo, onde entrou na condição de serva, pois acreditava-se que as cartas que enviou ao Morgado de Mateus, solicitando ajuda para a fundação do novo Convento da Luz, tenham sido escritas de seu próprio punho.²¹

No Recolhimento de Santa Teresa em São Paulo, a lista de livros, arrolada no inventário de bens do estabelecimento em 1747²², revela que tipo de leitura

19 Cf. Registros de Entradas ou Matrículas dos recolhimentos de Santa Teresa em São Paulo e Rio de Janeiro e principalmente os registro do Recolhimento das Macaúbas.

20 Cf. Arquivo do Convento de Santa Teresa, Rio de Janeiro.

21 Arquivo do Convento da Luz, SP, Livros de Crônicas I, 1774-1941, cap. III.

22 Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Registro de Inventário de Bens do Recolhimento de Santa Teresa 1747-1795 (não codificado).

se encontrava à disposição das reclusas. Como se poderia esperar, eram obras litúrgicas, vidas de santos e livros religiosos. Da mesma forma que no Carmelo do Rio de Janeiro, a maior parte delas em português ou espanhol e praticamente nada em latim, talvez porque não pudessem ler com fluência. Mas o que impressiona é o fato de que em aproximadamente 30 anos, a lista de uns trinta livros tenha sido duplicada, sinal de que havia empenho em se divulgar a leitura. Uma outra lista datada de 1774, traz novos livros mas também outros exemplares dos já existentes.²³

Parece igualmente notável o fato de constar nos estatutos dessa instituição a exigência de que as jovens que entrassem soubessem ler e escrever. Sabe-se que a taxa de mulheres alfabetizadas era mínima na época. Como lembrou Leda Maria Pereira Rodrigues, nos inventários da vila de São Paulo analisados por Alcântara Machado, somente duas mulheres sabiam assinar o nome.²⁴ Nos Termos da polícia do Rio de Janeiro, relacionados a “Bem Viver”, do total de homens livres, 40,33% assinaram, enquanto apenas 2,2% das mulheres da mesma condição aparecem assinado.²⁵ Logo, dificilmente a exigência do regulamento poderia ser rigorosamente cumprida.

O interesse por uma educação feminina era limitado na Colônia, mas, tanto nas instituições de reclusão feminina fundadas com objetivos assistenciais, como naquelas direcionadas para a religião, dava-se atenção a alguma instrução das mulheres.

Nos Recolhimentos de órfãs da Irmandade da Misericórdia, as meninas recebiam uma educação voltada para o casamento, uma vez que os estabelecimentos haviam sido fundados com esta finalidade. Os Estatutos do Recolhimento do Rio de Janeiro, por exemplo, firmavam claramente: “No tempo que lhes subjaz destes exercícios espirituais, se ocuparão em cozer, fazer rendas e em aprender todas as mais cousas que são necessárias a uma mulher honesta, e huma boa mãe de família, para que com as suas prendas adquiridas facilitam melhor o seu estado”.²⁶

Havia no momento da fundação desse estabelecimento, em 1739, 15 vagas para órfãs que deveriam ter entre 9 e 11 anos no momento da entrada, “e daí

23 *Idem.*

24 *Apud* Leda Maria Rodrigues, *A Instrução em São Paulo, subsídios para a sua história*, São Paulo, 1962, pp. 36-37.

25 Cf. Marcos de Freitas Reis, “A Intendência da Corte do Estado do Brasil: Os Termos de Bem Viver e a ação de Paulo Fernandes Viana”, in: *Anais da II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1983, pp. 96-97.

26 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Estatutos do Recolhimento das Órfãs [1739], estatuto 4, parágrafo 1.

para cima não serão admitidas...”²⁷. Uma série de normas regulava a entrada de pensionistas a fim de se evitar a má influência que poderiam exercer sobre as órfãs. Sabe-se, porém, que o número de pensionistas acabou excedendo o de órfãs, provocando não só a desorganização da casa como o distanciamento dos objetivos iniciais dos fundadores.²⁸ Antes de ser um local para instrução, pretendia-se na Misericórdia uma educação de costumes de acordo com os modelos de virtude feminina da época. Como nas demais instituições de reclusão estudadas, não será encontrada nos Estatutos qualquer especificação sobre o currículo aplicado à instrução das meninas. O fato pode parecer óbvio nos estabelecimentos religiosos pois, formalmente, as ordens contemplativas não poderiam se dedicar à educação de meninas. Mas tendo em vista que a maior parte das instituições religiosas não eram formalmente conventos e que o Recolhimento das órfãs visava preparar as meninas para o casamento, poderia se esperar que trouxessem algumas exigências nesse sentido. Mas os Estatutos da Misericórdia, quando se referem à instrução, são extremamente breves:

*E algumas pessoas que quizerem mandar para o Recolhimento algumas meninas para nele aprenderem a ler, escrever, e o mais que no dito Recolhimento se ensina às Órfãs de Número, serão nele recebidas, sustentando-se a sua custa sem pagarem cous alguma para o Recolhimento, exceto as Mestras com quem se poderão ajustar antes de entrarem nele no preço que lhes hão de dar; mas isso se deve observar havendo comodidade na casa do Recolhimento sem detrimento das órfãs, e com autoridade da mesa a qual se informará primeiro com a Regente, que declarará se convém ou não admitir-se alguma menina.*²⁹

A inexistência de Registros de Entradas para o período colonial não permite avaliar a função de educandário que por ventura o Recolhimento da Misericórdia do Rio de Janeiro tenha assumido. Pela documentação da Polícia e pela correspondência interna localizada, o mais provável é que a casa assumiu o papel de instituto de correção para mulheres “desonradas” e local para a preservação da honra feminina. Tendo em vista as reticências colocadas quanto à presença de educandas e a ausência de um programa de estudos mesmo quando da reformulação dos Estatutos, não parece que o estabele-

27 *Idem*, estatuto 3, parágrafo 1.

28 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia, Correspondência 1815, p. 125.

29 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia, Estatutos do Recolhimento das Órfãs, estatuto 6, parágrafo 9.

cimento tenha dedicado maior atenção à instrução, do que ensinar às meninas as primeiras letras e trabalhos de agulha. A função primordial das mulheres da Colônia era serem boas mães e esposas, e é ela que é enfatizada nos Estatutos da Misericórdia.

As primeiras manifestações oficiais por parte da Coroa portuguesa quanto à educação das meninas se manterão presas aos mesmos objetivos. Quando da confirmação régia do Recolhimento das Macaúbas (Minas Gerais) em 1789, D. Maria I restringirá a medida ao estabelecimento de um instituto de educação, negando a permissão para a transformação da casa em convento como era o desejo das recolhidas. Exigirá para tanto, a reformulação dos Estatutos e a redação de um plano de ensino. Não se sabe porque a ordem régia foi retardada em quase cem anos, porém é de se supor que as reclusas procurassem adiar a medida a fim de dar continuidade aos objetivos religiosos da fundação.³⁰

Inspirada possivelmente pela idéias ilustradas do século, não era a primeira vez que a rainha autorizava a criação de um educandário feminino. Dois anos antes, um alvará de D. Maria I estabelecia a construção de uma casa de instrução para meninas em Sabará, de acordo com as verbas legadas por um doador “convertido” que desejava fundar instituições pias naquela comarca.³¹

Somente teremos novas notícias de algum interesse por parte da coroa para fundação de um estabelecimento de ensino para meninas no início do século XIX, quando surge o empenho para a fundação do Recolhimento de Sorocaba.³² O que se observa, portanto, é o total desinteresse por parte dos monarcas para a criação de estabelecimentos que pudessem aprimorar o estado da educação feminina na Colônia. A menção a educandários só surge na documentação oficial, quando uma iniciativa particular para a fundação de um convento ameaça a política portuguesa de restrição à vida religiosa feminina no Brasil. Mas sinal de que o que os colonos desejavam eram realmente conventos e não escolas é o fato de apenas o Recolhimento das Macaúbas ter se tornado um colégio, e isso só após a independência em meados do século XIX. Todas as demais instituições de reclusão do sudeste fundadas a partir de meados do século XVIII, permaneceram sendo casas de religiosas, que abrigavam mulheres leigas e educandas e se transformaram em conventos quando surgiram as oportunidades após a proclamação da República.

Os dados relativos às educandas nos Registro de Entradas das instituições de reclusão femininas são escassos. Ora não aparecem referências às meninas,

30 Cf. Arquivo Nacional, Mesa do Desembargo do Paço, Cx 130, pacote 2, doc. 5.

31 Cf. Arquivo Nacional, Cód. 440, Alvará da Rainha para o estabelecimento de casas de Educação e Hospitais em Sabará (3-11-1787).

32 Arquivo do Convento da Luz. gaveta 2, pasta suspensa 13, p. 5.

ora não constam informações sobre a idade de entrada das reclusas. Tampouco eles são esclarecedores sobre as saídas. A tabela abaixo indica o total de meninas menores de 15 anos que foi possível computar em cada instituição estudada.

TABELA 1
Entrada de Meninas de até 15 anos
nos Conventos e Recolhimentos do Sudeste (1750-1822)

Instituição	Número	%
Rec. de Santa Teresa (SP)	8	(17,8)
Rec. da Luz	7	(16,3)
Conv. de Santa Teresa (RJ)	7	(22,6)
Conv. da Ajuda	12	(44,6)
Rec. das Macaúbas*	—	—

Fonte: Registros de Entradas/Habilitações para Noviciado

* Como a idade de entrada nos registro está ausente em 94,8% das reclusas em Macaúbas, a informação foi omitida por falta de representatividade

Nota-se na tabela acima que em todas as instituições entraram meninas com idade inferior àquela permitida para a profissão religiosa (16 anos). O noviciado geralmente de um ano poderia justificar as entradas com 15 anos. Sabe-se, porém, que muitas eram admitidas bem antes de completarem 10 ou 11 anos, sendo que até crianças de colo foram aceitas com o objetivo de se tornarem religiosas mais tarde. No convento da Ajuda, a presença de educandas foi assinalada várias vezes nas Pastorais dos bispos destinadas à comunidade e nas crônicas existentes, embora pelos registros de Entradas não se possa avaliá-las com precisão, pois não consta qualquer informação desse tipo.³³ Mas é justamente no Recolhimento das Macaúbas, para o qual não se dispõe das datas de nascimento das reclusas, que se pode perceber melhor a função de educandário assumida pelas instituições de reclusão na Colônia, devido a outras informações disponíveis nos Registros de Entradas.³⁴

Das 66 reclusas registradas durante a pesquisa como educandas, 57 (34,1%) pertenciam às Macaúbas. Do total, apenas 15 (22,7%) permaneceram

33 As idades das religiosas do Convento da Ajuda foram colhidas no Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, nas Habilitações para Noviciado, latas 1 e 2.

34 Uma análise mais completa sobre a população feminina nas instituições de reclusão do sudeste encontra-se em Leila M. Algranti, *op. cit.* pp. 176-197.

nas instituições e tomaram o hábito da ordem. Josefa da Purificação, por exemplo, entrou em 1774 provavelmente com 5 anos como educanda, e em 1790 passou para o rol das irmãs-de-hábito. Era natural da freguesia de Roça Grande, próxima do Recolhimento, e fora enviada para a companhia de suas tias Ana Bernarda Custódia dos Anjos e Ana Nazareth para se educar; foi sustentada por seu pai até o momento de dotá-la. Josefa faleceu em 18/9/1851 como religiosa.³⁵

Mariana Bernarda dos Anjos também entrou inicialmente como educanda, quando era menor de idade porque seu pai servia como cirurgião da casa. Mais tarde, “por querer a menina permanecer”, foram dadas 800 oitavas de ouro em adiantamento pelo dote.³⁶

Muitas meninas entravam para serem educandas nas Macaúbas e a permanência no futuro estava sujeita à sua própria vontade. Fazia-se praticamente um teste de vocação.

Ana Maria do Coração de Jesus é um caso típico de educação conventual entre as famílias mais favorecidas da região. Filha do capitão Manoel Gomes da Motta e de D. Maria da Costa Negreiros, moradores nas vizinhanças do Recolhimento, entrou nas Macaúbas em 1755 “para se educar”, saindo poucos anos depois em 1761. Durante sua breve estadia eram pagas 37 oitavas de ouro por ano para seu sustento, “... obrigando-se os ditos pais a vesti-la e assistir-lhe em suas doenças até que chegue a dita menina a idade suficiente para escolher estado”.³⁷ Existem vários casos como este, indicativos de que a prática da educação conventual não estava alheia aos costumes da Colônia.

O que contudo parece digno de nota é que, apesar da educação conventual ser institucionalizada no país, nem mesmo nos Estatutos das Macaúbas encontraremos menções às educandas ou ao que lhes era ensinado. Pode-se supor a exemplo do que sucedia no Recolhimento mineiro do Vale das Lágrimas que as jovens eram enviadas para a clausura “porque ali mandam alguns pais de família ensinar suas filhas, e dali costumam sair não só provetas em artes liberais, mas também no Santo amor, e temor, de Deus”.³⁸

O currículo mais detalhado sem dúvida é o proposto para o Recolhimento de Olinda. Porém, como destacou Maria Beatriz Nizza da Silva ao analisar os estatutos redigidos por Azeredo Coutinho para as recolhidas de Nossa Senhora da Glória, nota-se que a educação das moças era encarada fundamentalmente

35 Arquivo das Macaúbas, Registro de Entradas do Recoc., p. 131.

36 *Idem*, p. 53.

37 *Ibidem*, p. 62.

38 Carta do comandante das Minas Novas ao Ouvidor da Comarca do Serro, 23-6-1780, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1897, ano II, abril-junho, pp. 352-353

como uma “formação” e que a parte referente à instrução era bem reduzida.³⁹ Mas de qualquer modo era algo inovador na Colônia e um passo em direção a uma maior preocupação com o ensino feminino. Em 1798, ao redigir os Estatutos do recolhimento pernambucano, Azeredo Coutinho desponta como defensor da educação feminina:

*Aqueles que não conhecem o grande influxo que as mulheres tem no bem, ou no mal das sociedades, parece que até nem querem que elas tenham alguma educação. Mas isto é um engano, é um erro, que traz o seu princípio da ignorância. As mulheres ainda que não se destinam para fazer a guerra, nem para ocupar o ministério das coisas sagradas, não têm contudo menos importantes ao Público.*⁴⁰

Inspirado em Fénelon, Azeredo Coutinho referia-se à importância das mulheres como educadoras de seus filhos: “Elas têm uma casa que governar, marido que fazer feliz e filhos que educar na virtude (...)”⁴¹

Após tratar da importância da educação feminina, dos papéis sociais das mulheres, e de regular os horários e práticas no interior da clausura, Azeredo Coutinho se detém naquilo que torna seu regimento pioneiro no Brasil: um currículo para as meninas. Como Verney e outros ilustrados que se preocuparam com a questão, não exige muito das educandas — órfãs ou pensionistas — enfatiza a importância de aprenderem a ler e escrever corretamente e serem ágeis nas contas. Dispensa o aprendizado do latim e da música, e coloca toda a atenção na instrução da Economia Doméstica e na arte de cozer e bordar. Apesar de propor uma disciplina rígida e de sustentar que a melhor forma de se educar as meninas é na clausura, não prevê como fizera Ribeiro Sanches o mesmo para os meninos. Estes poderiam sair do Seminário com maior facilidade.⁴²

O bispo ilustrado não foge portanto, ao modelo de homem de letras de seu tempo quanto às idéias sobre a educação feminina. Comparado ao Regimento do Colégio das Macaúbas de 1843, o currículo de Azeredo Coutinho é ainda bastante pobre. Macaúbas se tornará como O Caraça — o colégio masculino que lhe serviu de exemplo — um modelo de instituição de ensino para as demais regiões.

39 Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva “Educação Feminina e Educação Masculina no Brasil Colonial”, in: *Revista de História*, SP, 1977, n. 109, ano XXVIII, p. 164.

40 Cf. Bispo Azeredo Coutinho, Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do Lugar de Boavista de Pernambuco, Lisboa, 1798, p. 2.

41 *Idem*.

42 *Ibidem*.

No século XVIII, portanto, a educação feminina na Colônia estava longe de ser uma idéia generalizada ou uma prática corriqueira mesmo entre a elite da Colônia, que lançava mão dos recolhimentos para fins educativos. Nem totalmente conventos, nem escolas, as instituições femininas de reclusão situavam-se a meio caminho dos dois modelos de estabelecimentos e serviam a vários propósitos no que toca à vida das mulheres. A parcela de educandas era muito reduzida e pouco representativa no conjunto da população reclusa e menor ainda quando se pensa no total de habitantes da região Sudeste. Não se pode negligenciar, entretanto, que apesar de todo o quadro desfavorável os conventos e recolhimentos eram os únicos espaços institucionais onde as mulheres da Colônia poderiam receber alguma instrução sem terem necessariamente que optar pela vida religiosa.

O impulso dado à educação feminina no século XIX no Brasil estava ainda distante da maior parte das mentes esclarecidas da Colônia. Somente com a chegada das ordens religiosas voltadas para a educação e com as reformas de costumes que aconteceram no final do século XIX e início do XX, nos conventos e recolhimentos, é que as instituições de reclusão feminina assumiriam funções diferenciadas (asilos, conventos, escolas). Mas, enquanto isto não acontecia, as instituições de clausura continuaram a desempenhar seu papel de instrução para algumas mulheres. Não se pode negar também que tenham lançado na Colônia a idéia pioneira dos internatos femininos que fizeram modas nos séculos seguintes.

Os ideais de Mary Wollstonecraft, ou de Feliciano de Souza Nunes em favor da igualdade de educação entre os sexos eram ainda uma utopia. Em pleno século XVIII, quando a Educação foi elevada a uma posição de destaque e se tornou responsável pelo destino das nações, as mulheres continuavam a ser contempladas com uma instrução bastante reduzida; fosse na Europa, ou na América.

Mas algo começara a mudar lentamente na Colônia a partir da fundação dos conventos e recolhimentos. Nos séculos seguintes, as vozes dissonantes deixariam de ser pontuais e outras vozes em defesa da educação feminina se fariam ouvir conquistando o conjunto da sociedade ocidental. Só então seria possível uma real mudança no sistema de ensino que beneficiasse as mulheres.

Texto apresentado na sessão Vozes Dissonantes: Utopias e Mulheres, 19/7/1993.